

**PEDIDO
DE EMPARCELAMENTO RURAL SIMPLES**Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Penafiel**REQUERENTE 1**Nome: NIF:
Morada:
Código Postal:
Documento de Identificação: BI CC Número: Validade:
Contacto telefónico: E-mail: **REPRESENTANTE**Nome: NIF:
Morada:
Código Postal:
Documento de Identificação: BI CC Número: Validade:
Contacto telefónico: E-mail:
Qualidade de: Mandatário Sócio Gerente Administrador Procurador Outra: **REQUERENTE 2**Nome: NIF:
Morada:
Código Postal:
Documento de Identificação: BI CC Número: Validade:
Contacto telefónico: E-mail: **REPRESENTANTE**Nome: NIF:
Morada:
Código Postal:
Documento de Identificação: BI CC Número: Validade:
Contacto telefónico: E-mail:
Qualidade de: Mandatário Sócio Gerente Administrador Procurador Outra:

OBJETO DO REQUERIMENTO

Vêm, na qualidade de [redacted] e de [redacted], respetivamente, e nos termos do artigo 9.º do Dec. Lei n.º 111/15, de 27 de agosto, requerer o emparcelamento rural simples dos prédios abaixo identificados:

Identificação do 1.º Prédio:

Nome / Localização [redacted] Freguesia: [redacted]

N.º Descrição na Conservatória de Registo Predial: [redacted] Art.º Rústico n.º [redacted]

Código de acesso certidão permanente de registo predial: [redacted]

Identificação do 2.º Prédio:

Nome / Localização [redacted] Freguesia: [redacted]

N.º Descrição na Conservatória de Registo Predial: [redacted] Art.º Rústico n.º [redacted]

Código de acesso certidão permanente de registo predial: [redacted]

Nesta conformidade, solicitam que seja emitida certidão de emparcelamento rural simples.

Pedem deferimento,

Data: [redacted] O requerente: _____

Autorizo a utilização dos contactos telefónico e e-mail para o envio de informações e notificações relativamente a este processo.

Data: [redacted] O requerente: _____

Autorizo a utilização dos contactos telefónico e e-mail para o envio de informações e notificações relativamente a este processo.

DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PEDIDO:

- 1.106** Requerimento **DGU 1.106**;
- 2.004** Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais;
- 4.014** Fotografias;
- 4.019** Memória descritiva com a definição dos objetivos, incluindo a identificação e caracterização dos prédios resultantes da transformação fundiária e os melhoramentos fundiários a realizar, no caso em que tal se verifique (al. d), n.º 3, art.º 9, Lei n.º 111/15, 27/08);
- 6.003** Extrato das plantas de ordenamento do plano municipal de ordenamento do território de maior pormenor, assinalando a área objeto da operação;
- 6.004** Extrato das plantas de condicionantes do plano municipal de ordenamento do território de maior pormenor, assinalando a área objeto da operação;
- 7.001** Levantamento topográfico à escala de 1:500 ou 1:200, com a delimitação da área a emparcelar, com a identificação das parcelas e dos prédios rústicos sobre os quais vão incidir as operações (al. b), n.º 3, art.º 9, Lei n.º 111/15, 27/08);

No caso de parcerias, os projetos de emparcelamento simples ainda devem conter, designadamente:

- 4.019** Memória descritiva com a caracterização das ações a realizar, incluindo os trabalhos de infraestruturação a concretizar;
- 2.008** Cópia do acordo de parceria (al. b) e c), n.º 4, art.º 9, Lei n.º 111/15, 27/08);

Facultativamente o requerente pode entregar:

- 9.001** a **9.006** Declarações;
- 10.001** a **10.051** Pareceres de entidades;

Outros

- 3.403** Outras peças escritas;
- 7.018** Outras peças desenhadas.